

Sociedade exige melhor atendimento em irrigação

Melhor atendimento das áreas irrigadas constituiu a maior parte das cerca de 70 sugestões de emendas formuladas pela sociedade na audiência regional promovida em Fortaleza pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). A reunião, se-

gundo técnicos do colegiado, teve a maior participação popular entre as cinco realizadas fora de Brasília. O presidente da CMO, José Maranhão, disse que o Ceará é o terceiro estado em investimentos federais no Nordeste. **Página 8**



José Maranhão, ao lado de Francisco Dornelles (primeiro à direita), preside em Fortaleza audiência regional da Comissão Mista de Orçamento

Paulo Rocco

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.681 – Brasília, terça-feira, 2 de outubro de 2007

Líderes negociam votação de autoridades

Líder do governo espera acordo e exame de mensagens presidenciais ainda hoje. Um dos pontos de divergência é a indicação para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Para discutir as próximas votações no Senado e na Câmara, presidente Lula reúne, às 11h, o Conselho Político do governo. No encontro, pode ser anunciado instrumento para a recriação da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, extinta com rejeição de medida provisória pelo Senado. **Páginas 2 e 3**



Gerônimo Magalhães

Viana afirma que o governo federal apóia a regulamentação da Emenda 29

Tião Viana cobra regulamentação de verba para saúde

O senador Tião Viana fez um apelo aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos para que aprove na reunião de hoje projeto que regulamenta a Emenda 29, que trata do financiamento da saúde. **Página 5**

Dornelles diz que Anvisa age contra farmácias

Uma regulamentação da Anvisa determinando o cumprimento de quase 2 mil itens referentes à estrutura física e operacional de farmácias de manipulação equipara esses estabelecimentos, em geral firmas de pequeno porte, a grandes empresas. A denúncia foi feita pelo senador Francisco Dornelles, ao presidir audiência da Subcomissão dos Marcos Regulatórios. Participaram representantes da Anvisa, da Confederação Nacional do Comércio e especialistas no assunto. **Página 5**



Moreira Mariz

Garibaldi e Dornelles (3º e 4º à direita) discutem com especialistas exigências da Anvisa

Almeida Lima vai relatar processo contra Renan

Unificadas, duas representações contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, terão como relator Almeida Lima. A decisão foi anunciada pelo presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha, que se disse respaldado por parecer da Consultoria Legislativa. **Página 4**

Congresso tem mais de mil vetos para analisar

O Congresso terá de examinar 1.062 vetos a 159 projetos de lei. Os números foram citados por Marco Maciel como representantes de um dos maiores problemas do Legislativo, que, segundo ele, precisa se modernizar. **Página 7**



Impresso Especial

5362005/DR/ISSB
SENADO FEDERAL

DEVOLUÇÃO GARANTIDA

CORREIOS

Jucá anuncia reunião de lideranças que pode viabilizar a análise de indicações pelo Plenário ainda na sessão de hoje

Líderes devem negociar votação de autoridades

Se os líderes partidários conseguiram entrar em acordo e destrancar a pauta do Plenário na semana passada, votando cinco medidas provisórias e iniciando a discussão das três propostas de emenda à Constituição que acabam com o voto secreto no Congresso, ainda persiste o impasse em torno da votação de autoridades. Segundo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), essas pendências devem ser negociadas em reunião de líderes e, se houver entendimento, as matérias podem ser votadas em Plenário ainda hoje.

O foco das divergências entre governistas e opositores estava na indicação de Luiz Antônio Pagot para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Obstrução do DEM e do PSDB inviabilizou, por duas vezes, o quórum exigido para a votação da matéria.

Tal impasse foi gerado por suspeita de acumulação irregular de cargos pelo indicado, levantada por Mário Couto (PSDB-PA). O senador questionou o exercício concomitante por Pagot, entre 1995 e 2002, do cargo comissionado de secretário parlamentar no gabinete do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) e da função de superintendente da Hermosa Navegação da Amazônia S/A.

Ainda há outra indicação para o Dnit a ser votada pelo Senado: a de Miguel de Souza para o cargo de diretor de Planejamento e Pesquisa. Os senadores devem se manifestar também sobre as indicações de dois diretores para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) – Alfredo Luiz Cardoso e Hélio Cordeiro – e a de Paulo Fernando Lacerda para diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

CORREÇÃO

O **Jornal do Senado** publicou ontem, na primeira página, que “a MP que prorroga a CPMF deve chegar ao Senado no dia 15”. Na verdade, é uma proposta de emenda à Constituição (PEC), e não uma medida provisória, que estende o prazo de vigência da contribuição.

Na página 10, na matéria “Setores afetados apontam deficiências na legislação”, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) é citado como autor do anteprojeto de lei de combate à pirataria. A proposta, no entanto, foi elaborada pela Comissão de Educação.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso comemora Dia Internacional do Idoso

Às 10h, o Congresso reúne-se em sessão solene para comemorar o Dia Internacional do Idoso. Às 14h, a sessão do Senado é deliberativa. Na hora do expediente serão comemorados os 50 anos da Revolta dos Posseiros.

Em seguida, os senadores devem analisar três propostas de emenda à Constituição que tratam do voto aberto e projeto sobre a divulgação de mensagem contra a exploração sexual e o tráfico de crianças.



Programação orçamentária do governo em análise na CAE

A programação orçamentária do governo para o terceiro trimestre de 2007 será analisada, às 10h, pela Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE). Em pauta, o projeto de lei que amplia o uso do pregão eletrônico no setor público, alterando a Lei de Licitações; e o

que estabelece os valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde nas três esferas de governo.



Audiência debate viabilidade da energia nuclear

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) realiza audiência, às 10h, para debater a viabilidade econômica e ambiental do uso de energia nuclear. Entre os convidados estão

o ministro de Minas e Energia, o diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente e o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Portal do Orçamento é lançado na CMO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador José Maranhão (PMDB-PB), lançam o Portal do Orçamento às 15h. No mesmo horário, a Co-

missão Temporária Externa sobre Trabalho Escravo e a Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo reúnem-se para debater a proposta de visitar instalações da fazenda e empresa produtora de álcool Pa-

grisa. Entre os convidados a depor estão o auditor fiscal do trabalho Humberto Célio, o procurador do trabalho Antônio Luiz Fernandes e o diretor-presidente da Pagrisa, Marcos Villela Zancaner.

Comissão analisa desafios para o setor elétrico

Audiência na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas analisa, às 14h30, propostas destinadas a solucionar desafios gerados pelo aquecimento global para o setor elétrico. O secretário de

Planejamento e Desenvolvimento Energético, Márcio Zimmerman, e o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, são alguns dos convidados para o debate.



Financiamento das universidades

Às 11h, a Comissão de Educação reúne-se para analisar pauta com 17 itens, entre eles o projeto que determina a participação da União no financiamento das instituições de educação superior mantidas pelos estados. Também poderá ser votado projeto que visa permitir que vagas remanescentes do processo seletivo do ProUni sejam distribuídas a quem tenha cursado parcialmente o ensino médio em escolas particulares.

Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se, às 10h, para analisar o parecer da segunda representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, a ser apresentado pelo relator da matéria (Representação 2/07), senador João Pedro (PT-AM).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Tião Viana, Alvaro Dias e Cícero Lucena

Raupp e Mares Guia podem debater participação do PMDB no governo

O líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que “dentro da postura de diálogo, própria do partido”, deverá reunir-se hoje com o ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia. Em pauta, a “renomeação” de Silas Rondeau para o Ministério de Minas e Energia e a nova forma de lidar com a tramitação das medidas provisórias.

O encontro ocorrerá durante reunião do Conselho Político, em que será discutida a medida provisória que propõe a criação da TV Pública. Segundo Raupp, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria pedido ao ministro Mares Guia que, todas as vezes em que ele for mandar para o Congresso uma MP que possa causar algum tipo de polêmica, esta deve ser discutida exaustivamente.

Em relação ao ex-ministro Silas Rondeau, Raupp lembrou que a questão está “pendente há seis meses”. De acordo com o senador, o cargo era da cota PMDB, sendo preciso saber se Rondeau vai ou não voltar para o ministério, “para que não permaneça por mais tempo esse desequilíbrio entre o PMDB e os demais partidos da base aliada”.



Segundo Raupp, possível volta de Rondeau ao governo é um dos assuntos em pauta

O líder comentou ainda a decisão de parte do PMDB de rejeitar a MP que criava a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo.

– Um partido que faz parte de uma coalizão deve estar no centro das decisões. O PMDB tem sido diminuído no somatório de forças da coalizão – ressaltou ele, ao admitir o esforço do governo para discutir uma solução para o Ministério de Minas e Energia.

Raupp frisou, ainda, que as denúncias da revista *Veja* contra Ideli Salvatti (PT-SC), acusando-a de suposto favorecimento à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina, é “um prenúncio do que irá ocorrer quando a CPI das ONGs for instalada”.

Todo senador deve votar em função dos interesses do país, afirma Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) acredita que o Senado só irá se fortalecer perante a sociedade se os senadores combaterem o fisiologismo e votarem de acordo com o interesse público. Segundo advertiu, a Casa não pode se tornar uma instituição na qual os votos estejam vinculados ao atendimento de favores ou a interesses pessoais.

– É fundamental que digamos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que cada senador está tomando decisões sobre como votar não porque o governo designou qualquer nome de sua indicação para a administração pública ou porque foram liberados recursos para tal ou qual emenda apresentada, mas, sim, em função do que é o melhor para o povo e para o Brasil – afirmou.

A reflexão sugerida por Suplicy foi suscitada, em parte, por declarações de Wellington Salgado (PMDB-MG) ao jornal *Folha de S. Paulo*, publicadas sábado. Ao comentar a participação de 12 senadores governistas, ele incluído, na rejeição da medida provisória



Suplicy pede o combate ao fisiologismo como forma de fortalecer o Senado

que criava a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, Wellington teria justificado o ato como insatisfação dos parlamentares do PMDB, que esperariam do governo apenas “um chinelinho novo” para os “franciscanos” do partido recuperarem o prestígio em seus estados.

Em aparte, Valdir Raupp (PMDB-RO) opinou que Wellington, ao usar o termo “franciscanos”, queria se referir à disponibilidade do PMDB para auxiliar o presidente Lula na tarefa de governar o país.

No encontro com presidentes dos partidos que apóiam o governo, o chefe do Executivo pode anunciar que instrumento utilizará para recriar Secretaria de Planejamento de Longo Prazo

Lula reúne Conselho Político para discutir votações no Congresso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reúne hoje, às 11h, o Conselho Político do governo, formado pelos presidentes dos partidos que o apóiam, para discutir as próximas votações no Senado e na Câmara. A reunião acontece cinco dias depois de o PMDB ter derrotado o governo no Senado, ao rejeitar a medida provisória que criava a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo e mais de 600 cargos na administração pública.

Entre representantes do PMDB, a expectativa é de que o governo prometa, a partir de agora, consultar o Legislativo antes de editar medidas provisórias – uma iniciativa destinada a fortalecer o papel do Parlamento. No encontro, o presidente deverá também explicar qual instrumento será utilizado para recriar a Secretaria de Longo Prazo. De acordo com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), Lula não abrirá mão de uma estrutura de dimensão ministerial para



Presidente Lula busca aproximar os partidos da coalizão governamental

pensar o Brasil do futuro.

Essa reunião do Conselho Político acontece também a 15 dias do prazo previsto pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, para enviar ao Senado a proposta de emenda à Constituição que prorroga até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O objetivo do governo federal é reduzir a insatisfação do PMDB antes que essa emenda seja submetida ao

exame do Plenário do Senado. “Franciscanos”

Conforme entendimento entre o ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, e o líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), também nesta semana o presidente Lula deverá se reunir com os 19 senadores da bancada peemedebista. Nesse encontro, deve buscar o entendimento com o grupo definido pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG) como “franciscanos cansados da desatenção do governo” e ávidos por “um chinelinho novo”.

Ao justificar a insatisfação do partido, Wellington diz que apenas os cardeais do PMDB são ouvidos pelo Planalto, enquanto, aos “franciscanos”, não se dispensa nenhuma atenção. Na sexta-feira, Jucá disse que Lula vem trabalhando para aproximar os partidos da coalizão governamental e assegurou que não há nenhuma possibilidade de o governo não atender ao PMDB.

Papaléo: “Quem votar a favor da CPMF estará votando contra o povo”

Papaléo Paes (PSDB-AP) sugeriu ontem em Plenário que os parlamentares que votarem pela prorrogação da CPMF tenham seus nomes exibidos em painéis públicos. Como lembrou o senador, antes de chegar ao poder, o PT sempre recomendou esse tipo de campanha quando havia votações polêmicas no Congresso.

– Os que estiverem votando a favor da CPMF vão estar votando contra o povo – afirmou.

Já aprovada em primeiro turno na Câmara, a proposta de emenda constitucional ainda será apreciada pelo deputados, em segundo turno, antes de chegar ao Senado. O governo defende a prorrogação do tributo até 2011, com a alíquota atual – 0,38%. A prorrogação da CPMF vai garantir uma arrecadação estimada em R\$ 36 bilhões somente no próximo ano.

Papaléo disse esperar que o Senado, “para dignificar o povo brasileiro”, vote contra a CPMF. Ele admitiu que até poderia apoiar o projeto do governo, caso fosse proposta uma redução na alíquota

da contribuição para 0,20% e se a arrecadação fosse destinada exclusivamente à área da saúde – ou seja, com o resgate da finalidade original da contribuição.

Sem mudanças na proposta, o parlamentar declarou que se manterá contra a renovação do tributo. Mencionou, ainda, que não adianta o governo apelar para o argumento de que, sem a CPMF, o programa Bolsa Família vai acabar. Se o Executivo considera o programa de fato essencial, afirmou, poderá direcionar recursos de outras fontes para manter as bolsas.

Indignação

Papaléo também condenou as ações do governo para “manobrar as votações no Congresso” por meio da oferta de benefícios e cargos a parlamentares. Para ele, as manobras de cooptação ficaram evidentes no primeiro turno de votação da CPMF na Câmara.

– Fiquei triste, indignado e com vergonha ao ouvir alguns deputados dizerem que, agora, querem ver se o governo não vai cumprir



Eleitor precisa ficar atento à tentativa de desgaste do Congresso, diz Papaléo

o que prometeu – ressaltou.

O senador sugeriu que a imprensa acompanhe de perto o voto dos parlamentares no caso da prorrogação da CPMF e de outras matérias importantes.

De acordo com Papaléo, a mídia, na cobertura dos processos contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, tem promovido o desgaste da imagem da Casa. Disse também que a questão dos salários dos parlamentares é sempre tratada de forma equivocada pela imprensa, ao atribuir aos senadores ganhos que, em realidade, envolvem todos os custos do exercício do mandato.

– Peço que o povo olhe com desconfiança essa tentativa de desgaste do Legislativo.

Raupp lamenta crescimento da violência em RO

Em discurso no Plenário, Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou que a violência tenha crescido nos últimos anos em Rondônia, o que colocou o estado em quarto lugar entre as unidades federativas de maior criminalidade, conforme o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entidade que coleta dados nas secretarias de Segurança dos estados. Na estatística anterior Rondônia estava em 6º lugar.

Raupp afirmou que seu estado ostenta agora uma taxa de 38 homicídios para cada 100 mil habitantes, número superior à média brasileira. Ele se disse surpreso com a estatística de acidentes de trânsito. Em dez anos (1994-2004), informou, Rondônia passou de 12º para 9º lugar. Conforme observou, as mortes por armas de fogo também aumentaram e seu estado detém a taxa de 25 vítimas fatais por cada 100 mil habitantes – número superior à média nacional, que é de 20,7 mortes.

Chamou atenção do senador a taxa de roubos em residências, que bateu em 42,7 registros por 100 mil habitantes, número quase quatro vezes superior ao do Rio de Janeiro, que é de 11,5 roubos. Os números do anuário do fórum, de acordo com Raupp, levam à constatação de que a violência se alastra em todo o país.

Investimentos

O senador pediu ao governador Ivo Cassol e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que aumentem os investimentos em segurança no seu estado.

– Precisamos investir pesadamente em segurança pública, aparelhando nossas polícias, investindo nos serviços de inteligência e valorizando os policiais – recomendou.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou que a Organização das Nações Unidas tenha considerado São Paulo uma das cidades mais violentas do país.

Presidente do Conselho de Ética informa que outros senadores por ele convidados não aceitaram a função; as duas representações serão unificadas

Almeida Lima é designado relator de representações contra Renan

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Leomar Quintanilha (PMDB-SE), designou ontem o senador Almeida Lima (PMDB-SE) relator das representações números três e quatro contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. A de número três trata da suposta utilização de “laranjas” na compra de emissoras de rádio em Alagoas; a quarta se refere a suposta participação do senador em um esquema para arrecadação de recursos destinados ao PMDB. Almeida Lima integrou a comissão de investigação que relatou a primeira representação contra Renan.

Quintanilha informou que as duas representações foram unificadas por guardarem conexão entre si.

– Estou respaldado juridica-



Almeida Lima integrou a comissão de investigação do primeiro processo

mente. Baseei-me em parecer da Consultoria Legislativa – afirmou ele em entrevista coletiva.

Quintanilha foi indagado acerca de aspectos que poderiam tornar questionável a designação de Almeida Lima: o fato de ser um dos principais defensores de Renan; o fato de pertencer ao PMDB; e a

Leopoldo Silva

possibilidade de ter garantido o comando do diretório do partido em Aracaju como prêmio pelo trabalho em prol de Renan.

– Não há nenhum problema de isenção. O relator expressará seus pontos de vista e o conselho é soberano para aceitar ou não.

O presidente do conselho observou que fez convites a outros senadores, mas não obteve concordância. Foram convidados, segundo Quintanilha, Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES), também integrantes da comissão de investigação da primeira representação, além de senadores do DEM.

– Não foi manobra nem foi feito às escondidas. Convidei o senador Almeida Lima, e ele aceitou. Há somente 15 membros no conselho, um espaço restrito para trabalhar – disse.

Ideli nega denúncia da revista *Veja* sobre favorecimento à Fetraf-SC

“Não tenho compromisso com o ilícito.” Foi como reagiu a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), tão logo tomou conhecimento de reportagem publicada pela revista *Veja* desta semana, a qual acusa a senadora de usar influência política junto ao Planalto para repassar, entre 2003 e 2007, R\$ 5,2 milhões à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-SC), a título de promover cursos de formação profissional.

Segundo a reportagem, a Polícia Federal levanta suspeitas de que parte desse dinheiro foi usada em campanhas de aliados da senadora em Santa Catarina

e que, para justificar os gastos, planilhas teriam sido falsificadas com “alunos-fantasma”. O que chama a atenção, de acordo com a revista, é que os principais envolvidos na suposta fraude “são correligionários, amigos ou assessores da senadora”.

Em nota à imprensa divulgada no domingo, Ideli garante que sua atuação parlamentar é marcada pela defesa da agricultura familiar, responsável por 70% da produção de alimentos no país e por 40% das exportações de produtos agrícolas. “Assim, minha relação política é com todo o setor agrícola no estado e no país, e não apenas com a Fetraf-SC”, diz.



Gerardo Magela

Em nota, Ideli diz nunca ter apresentado emendas em favor da federação

Na nota, Ideli afirma que nunca apresentou emendas em favor da Fetraf-SC, “mas, sim, emendas para fortalecer a organização dos agricultores familiares para ampliarem a sua capacidade produtiva”. Ela pede ainda que sejam punidos aqueles que tenham cometido qualquer tipo de desvio de recursos públicos.

Paim diz que sua proposta não deixa dúvida sobre uso de voto aberto

Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta de emenda à Constituição que institui o voto aberto em todas as deliberações do Senado, da Câmara e do Congresso Nacional (reuniões conjuntas), disse ontem que aceita negociar um projeto de abrangência menor. Desde que “faça avançar” a idéia de transparência nas decisões parlamentares, explicou.

– A PEC 50 é a melhor solução, porque depois dessa emenda não haverá dúvida sobre se esta ou aquela votação deve ser aberta. Todas serão abertas. Mas, se quiserem um entendimento em torno de uma proposta menos ampla, não serei obstáculo – afirmou o senador em entrevista coletiva.

Além da proposta de Paim, estão em discussão no Plenário

do Senado, para votação em primeiro turno, a de número 38/04, do então senador Sérgio Cabral (PMDB), que estabelece o voto aberto para todas as votações, exceto a eleição das Mesas, e a PEC 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que abre o voto só nos casos de perda de mandato.

As três estão seguindo os mesmos prazos para discussão e

votação. Na última quarta-feira, transcorreu o primeiro dos cinco dias de debates prévios ao exame das matérias em primeiro turno. No quinto dia de discussão, as PECs poderão ser votadas. Em seguida, transcorrerão mais três dias de debate. No terceiro, elas poderão ser votadas em segundo turno, e as que forem aprovadas serão enviadas à Câmara.



Paim quer abolir voto secreto em decisões do Legislativo



Viana pede que a CAE aprove na reunião de hoje proposta sobre a Emenda 29

Tião Viana faz apelo por regulamentação do financiamento da saúde

“A Emenda Constitucional 29 é um dos mais importantes marcos regulatórios do financiamento da saúde pública brasileira”, afirmou Tião Viana (PT-AC) ao fazer um apelo para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprove hoje o projeto que regulamenta a matéria.

– Os municípios, estados e União deveriam assumir suas respectivas responsabilidades

após a decisão tomada por gerações de sanitaristas e agentes políticos. Lamentavelmente, todos esses anos seguintes à aprovação da Emenda 29 [que ocorreu em setembro de 2000] não exigiram do Parlamento ainda a sua regulamentação – disse.

O senador lembrou que o projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), acrescentando que,

se for aprovado na CAE, precisa passar ainda pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de onde poderá ir à Câmara.

Tião Viana ressaltou que o governo federal, que nos últimos anos não apoiou os avanços que a regulamentação da emenda iria propor, agora já concorda com a proposta, que destina 15% das receitas dos municípios e 12% das dos estados ao financiamen-

to da saúde pública.

De acordo com o senador, não chega a 60% o índice de governadores que cumprem a emenda, mas 74% dos prefeitos seguem as recomendações da medida.

Ele afirmou que “a União agora está colocada diante da tomada de decisão que precisa ocorrer: aplicar 10% da receita bruta na área da saúde”.

Rosalba faz homenagem a Mossoró

O aniversário de libertação dos escravos na cidade de Mossoró – ocorrida cinco anos antes da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel em 1888 – foi comemorado ontem por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que já foi prefeita do município por três mandatos.

– Esse feito, a sociedade comemora a cada ano. É do povo da cidade ter dentro de si, no coração e na mente, esse instante glorioso para a terra, que é a liberdade – exaltou a senadora, dizendo que o evento cívico-cultural reúne cerca de 3 mil pessoas.

Rosalba afirmou que a libertação dos escravos na cidade foi possível com a colaboração da Maçonaria. Ela disse que, ao celebrar as antigas liberdades, como a Abolição da Escravatura, deve-se também ressaltar a luta “pelas novas liberdades: pela educação e pela da saúde para todos; pela oportunidade para a juventude e para os trabalhadores do campo; pela igualdade para as mulheres, pela fraternidade e pela paz”.



Rosalba: município libertou os escravos antes do resto do país

Dornelles critica excesso de exigências da Anvisa

Em audiência sobre regulação do setor de medicamentos, assessor da Confederação Nacional do Comércio pede definição dos limites para atuação da agência

A exigência do cumprimento de 2 mil itens regulamentares pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para autorizar o funcionamento de farmácias de manipulação foi considerado excessivo por Francisco Dornelles (PP-RJ), que presidiu ontem audiência pública sobre comércio de medicamentos na Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios.

– Acho que a Anvisa não está ajudando a indústria nacional. Acho que está criando dificuldades ao comércio e uma enorme burocracia – disse.

Questionando o presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, Dornelles criticou ainda o fato de a agência não conceder “licenças automáticas” para os medicamentos importados já avaliados por organismos reguladores, como o Food and Drug Administration (FDA) dos Estados Unidos. Raposo respondeu que o procedimento adotado pelo Brasil, devido ao princípio da reciprocidade, é idêntico ao adotado pelo FDA com produtos aprovados pela Anvisa.

Cácito Esteves, assessor jurídico da Confederação Nacional

do Comércio (CNC), cobrou um marco regulatório para determinar precisamente a área de atuação da Anvisa, que, segundo ele, é hoje muito ampla. “Sendo uma agência executiva, a Anvisa não poderia ter a capacidade de regulamentar. E tem, ao arripio das normas constitucionais”, afirmou.

Falaram ainda ao colegiado o assessor da Ação Direta de Vigilância em Saúde no Brasil (Vis-brasil) Luiz Felipe Moreira Lima; o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Edmund Klotz; e o especialista em Fitoterapia Ademar Menezes.



Alvaro queixa-se da não-inclusão de município paranaense no Pronasci

Alvaro quer retomada do desenvolvimento de Foz do Iguaçu

A adoção de políticas compensatórias para o município de Foz do Iguaçu (PR) foi defendida por Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador propôs, como forma de favorecer a retomada do crescimento da região, a implantação de uma zona de processamento de exportação e a criação de um fundo de recuperação econômica para o município.

Alvaro lembrou que o Senado já aprovou, por unanimidade, o projeto que cria o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (PLS 181/05). A matéria seguiu para a Câmara, onde foi incluída na medida provisória que transforma os chamados sacoleiros do município paranaense em microempresários. Como o presidente da República retirou a MP – que estava trancando a pauta – para que a Câmara pudesse votar a prorrogação da CPMF, encaminhou agora à Câmara um projeto de lei em regime de urgência sobre o assunto.

O senador também criticou a exclusão de Foz do Iguaçu do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Ele divulgou abaixo-assinado em que os participantes da Campanha pela Valorização da Vida e pelo Fim da Violência queixam-se da precariedade dos serviços públicos, do trabalho informal e do desemprego no município, e observou que a violência também afasta os turistas.

Cícero Lucena defende reintegração dos demitidos pelo governo Collor

Ao defender a imediata reintegração ao serviço público dos servidores demitidos no governo Fernando Collor, Cícero Lucena (PSDB-PB) sugeriu que os senadores pressionem o governo por essa recontração, ameaçando não aprovar a renovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O senador lembrou que, na semana passada, a Comissão de Direitos Humanos promoveu audiência para debater o assunto. Alguns dos convidados denunciaram que órgãos da administração pública não estariam cumprindo a determinação do presidente Lula de reintegrar os servidores demitidos durante o governo Collor, e posteriormente anistiados.

– O presidente da República tem duas alternativas: ou estabelece um prazo curto para seus auxiliares cumprirem sua determinação ou demite quem

não cumprir sua ordem – disse Lucena.

Cancelamento de vôos

O senador também protestou contra o cancelamento de vôos diários da TAM e da Gol que partiam de João Pessoa. Ele informou que as bancadas de senadores e deputados da Paraíba se reunirão ainda esta semana para definir uma estratégia visando reverter a medida.

Deverão ser agendadas visitas aos ministérios do Turismo e da Defesa e também à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Na avaliação de Lucena, é inadmissível o governo federal dizer que valoriza o turismo e, ao mesmo tempo, adotar medidas que prejudicam a Paraíba.

– Dois vôos que havia às 6h da manhã foram simplesmente retirados pelas empresas e passaram a ser a 1 hora da madrugada. Com essa nova malha aérea que



Para Lucena, quem descumprir ordem de recontratar anistiados deve ser demitido

está sendo imposta ao Brasil, fruto do apagão que tivemos por cerca de um ano, estamos vivendo momentos, não posso dizer que de soluções, mas pelo menos de busca de soluções. Só que aí não pode a minha pequena e brava Paraíba pagar o preço da correção do apagão – assinalou.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) considerou que o turista que vai a João Pessoa também passa por Natal, Maceió, Aracaju e Sergipe. Por isso, a senadora pediu que toda a bancada nordestina se una para tentar reverter o cancelamento dos vôos para João Pessoa.

Autor do projeto que destina 75% da arrecadação do Fust à implantação da internet nas escolas, senador diz que inclusão digital elevará renda da população mais pobre

Mercadante: computadores nas escolas farão diferença no futuro

Depois de citar números que apontam a melhora da distribuição de renda no país nos últimos quatro anos, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) sustentou, em discurso feito ontem, que o próximo passo para elevar a renda da população mais pobre será a colocação de computadores ligados à internet nas escolas públicas.

– Colocar nas mãos de 49 milhões de estudantes a massa de informações que os computadores com internet propiciam fará uma grande diferença nos próximos anos – afirmou.

O senador pediu que os deputados aprovem projeto de sua autoria, já votado no Senado, que destina 75% da arrecadação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) à instalação de computadores com internet nas escolas públicas. Além disso, acrescentou, o Fust deveria financiar a implantação de internet nos 3.600 municípios que ainda não contam com o serviço.

Mercadante lembrou que as recentes pesquisas do IBGE confirmaram que houve redução de 31% na pobreza absoluta do



Mercadante destaca redução da pobreza absoluta e assentamento de famílias

Brasil nos últimos três anos, beneficiando nada menos que 17 milhões de pessoas. Ele atribui a melhoria aos consistentes aumentos do salário mínimo, ao Bolsa Família, à gradual redução dos juros e à inflação baixa.

Tais situações têm levado a uma expansão da economia interna, que, aliada ao bom momento da economia internacional, vem permitindo um crescimento econômico sustentado, avaliou o senador. Ele afirmou que alguns produtos agrícolas exportados pelo Brasil têm obtido os melhores preços das últimas décadas, o que se reflete no meio rural. Com

isso, o número de empregos com carteira assinada subiu 18,4% no governo Lula, informou.

Também foram decisivos para a redução da pobreza e a elevação da renda média brasileira (esta cresceu 20% em quatro anos) o assentamento de 381 mil famílias pela reforma agrária, ao lado da triplicação dos recursos destinados à agricultura familiar, na opinião de Mercadante. Ele citou ainda como fato que impulsiona a economia e a distribuição de renda o aumento dos recursos para a habitação popular – passaram de R\$ 2 bilhões para R\$ 14 bilhões ao ano. Informou que foram construídas 500 mil casas no período.

– A renda *per capita* subiu 20% nos quatro anos. O mais importante é que a renda dos 50% mais pobres subiu 32%, enquanto os 10% mais ricos melhoraram apenas 16%. É evidente que uma parte da elite conservadora deste país não entende, não aceita e resiste a mudanças dessa natureza. Não é fácil alterar prioridades e construir espaços no Orçamento para um programa como o Bolsa Família – opinou.

Cristovam aconselha trabalhador a lutar por educação de qualidade

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu aos trabalhadores brasileiros que lutem por uma educação de qualidade para seus filhos.

– Não espere pelo presidente ou pelo ministro, lute pela escola de seu filho – clamou, da tribuna.

O senador afirmou que a única revolução possível, nos dias atuais, está na educação. Ele disse que a luta tem de ser por uma educação de igual qualidade em todas as escolas.

– Não há país que resista a ter uma escola de rico e outra escola de pobre – frisou.

O parlamentar lamentou que o programa Bolsa Família, do governo federal, tenha substituído o Bolsa Escola, idealizado em seu governo no Distrito Federal. Ao retirar a palavra “escola”, assinalou, o governo desvinculou o programa da educação.

– Essa é uma tragédia que vai levar anos ou décadas para a gente

recuperar – avaliou o senador, que também criticou o fato de a frequência do aluno à escola ser responsável por apenas uma pequena parte da bolsa paga a sua família.

Cristovam saudou o anúncio, feito pelo presidente Lula, de criar dez universidades federais até o fim do governo, mas observou que isso não vai resolver o problema, uma vez que, segundo ele, há mais vagas nas universidades do que alunos egressos do ensino médio:

– A gente vai ter de trazer alunos do Paraguai, da Bolívia, da Venezuela – afirmou, lembrando que “universidade dá mais voto que educação de base”.

Em aparte, Cícero Lucena (PSDB-PA) disse que o programa de Cristovam no governo do Distrito Federal valorizou as crianças. Já Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) destacou projeto do



Cristovam considera retirada da palavra escola do Bolsa Família uma “tragédia”

senador do DF que determina a criação de um fundo para pagar uma poupança aos alunos que concluíssem o ensino médio.

Cristovam Buarque ainda lamentou a morte de um idoso atropelado na calçada, em Brasília, e lembrou que o programa de educação para o trânsito lançado em seu governo reduziu o número de mortos nas ruas e estradas do Distrito Federal de 77 para 22 por mês. O parlamentar ressaltou também que, graças à educação e à repressão, o povo passou a respeitar limites de velocidade e a faixa de pedestres.

Comissão examina projetos que incentivam educação superior

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje e poderá votar, entre outros itens, o projeto de lei que propõe a participação da União no financiamento das instituições estaduais de educação superior. A proposta, do senador Osmar Dias (PDT-PR), receberá decisão terminativa da comissão. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ofereceu parecer favorável à aprovação da matéria.

O projeto (PLS 2/07) altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e tem o objetivo, explica o relator em seu parecer, de ampliar a oferta de vagas nas universidades estaduais, bem como melhorar a qualidade dos cursos e programas de tais instituições.

Na avaliação de Osmar Dias, é importante que haja investimento na educação superior, uma vez que, segundo ele, apenas 10% da população entre 18 e 24 anos frequenta a universidade. O senador ressaltou que esse percentual está aquém da meta prevista pelo Plano Nacional da Educação (PNE – Lei 10.172/01), que é de 30%.

A CE poderá votar ainda, também em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 106/07) que visa permitir que vagas remanescentes do processo seletivo do Programa Universidade para Todos (ProUni) sejam distribuídas a estudantes que tenham cursado



Proposta de Osmar Dias amplia a oferta de vagas nas universidades estaduais

parcialmente o ensino médio em escolas particulares. A proposta, de autoria de Expedito Júnior (PR-RO) e relatada por Marcelo Crivella (PRB-RJ), altera a lei que dispõe sobre o ProUni (Lei 11.096/05).

Constam também da pauta do colegiado o PLS 136/07, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que propõe mudança na lei que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) – a chamada Lei Rouanet (Lei 8.313/91) – para disciplinar a concessão de incentivos fiscais destinados à cultura; e o PLS 333/06, de César Borges (DEM-BA), que dispõe sobre estágio.

A reunião da CE irá ocorrer na sala de reuniões da comissão, plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Mão Santa volta a reclamar da redução das vagas da Uespi

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), pela redução de 12 mil para pouco mais de 3 mil no número de vagas oferecidas no vestibular da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) em 2008. O parlamentar também condenou o desestímulo à frequência escolar pelo programa Bolsa Família, observado em municípios pela redução no número de matrículas.

– O presidente Lula é generoso, tem boas intenções, mas não basta – salientou.

O senador admitiu que a redução nas vagas da Uespi pode ter sido provocada pela expansão das universidades particulares. Mas ponderou que a mensalidade de um curso de Medicina em uma faculdade privada, por exemplo, chega a R\$ 3 mil. Assim, um curso como esse só estaria ao alcance dos alunos mais pobres em uma instituição pública.

Em aparte, o senador Cristo-



Mão Santa ressaltou dificuldades de alunos em pagar cursos de instituições privadas

vam Buarque (PDT-DF) disse ter advertido o presidente Lula, quando era ministro da Educação, sobre a perspectiva de fracasso do Bolsa Família como instrumento de inclusão na escola.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) considerou que na experiência original, o Bolsa Escola, o programa ajudava a reduzir a evasão escolar e motivava as famílias a manterem suas crianças na escola.



Assis Chateaubriand escrevia para o jornal de Campina Grande, conta Efraim Morais

Efraim comemora os 50 anos do *Diário da Borborema*

Efraim Morais (DEM-PB) comemorou ontem os 50 anos de existência do *Diário da Borborema*, pertencente aos Diários Associados, rede de comunicação criada pelo empresário e jornalista Assis Chateaubriand, na cidade de Campina Grande, Paraíba. O jornal completa o seu cinquentenário hoje.

O senador afirmou que Assis Chateaubriand deixou sua “marca indelével, até hoje perceptível”, nas empresas de comunicação que “semeou por todo o país”, em especial em Campina Grande, que, apesar de ser a segunda maior cidade do estado e pólo de referência para a Paraíba e o Nordeste, não tinha jornal diário.

Efraim recordou que o próprio Chateaubriand e outros renomados jornalistas dos Diários Associados escreviam para o *Diário da Borborema*, o que fez com que o jornal veiculasse grandes temas e debates nacionais, sem perder, no entanto, o vínculo com “as terras, as gentes e as questões locais”.

O *Diário*, ressaltou o parlamentar, teria participado de campanhas de interesse econômico, social e regional, como a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) sem, com isso, enfatizou Efraim, tornar-se “provinciano”.

Padre Manoel Vieira

Em seu discurso, o senador homenageou também os cem anos de nascimento do padre Manoel Vieira, político e educador da cidade de Patos, sertão da Paraíba. Efraim recordou que o padre Vieira foi diretor do Colégio Diocesano de Padres entre 1936 e 1966, para onde se deslocavam estudantes de vários estados vizinhos do Nordeste. Em 1966, foi secretário de Educação do estado e, de 1967 a 1970, deputado estadual.

Mão Santa (PMDB-PI) e Cícero Lucena (PSDB-PB) elogiaram as homenagens ao cinquentenário do *Diário da Borborema*.

Senador lamenta demora na votação dos vetos a projetos aprovados pela Câmara e pelo Senado, entre eles os que recriam a Sudene, a Sudam e a Sudeco

Maciel pede que Congresso aprecie vetos presidenciais

O senador Marco Maciel (DEM-PE) pediu a modernização dos processos decisórios do Congresso. Ele lamentou, particularmente, a demora na votação dos vetos presidenciais a projetos aprovados pela Câmara e pelo Senado. Segundo o parlamentar, são 1.062 partes de 159 projetos de lei a serem apreciadas. Maciel lembrou que a Emenda à Constituição 32 dá um prazo de 30 dias para que o Congresso se manifeste sobre vetos presidenciais, mas isso não vem ocorrendo.

– Vale explicitar que remanescem sem análise matérias do período do presidente Itamar Franco; 28 proposições do octênio do presidente Fernando Henrique Cardoso; e 130 do atual presidente da República – afirmou o senador, lembrando que o número, ao final do mês, deverá ser bem mais elevado.

Maciel defendeu avanços nas reformas institucionais, para melhorar o desempenho da governabilidade do país. Pediu mudanças nos sistemas partidário e eleitoral; o revigoramento da Federação, “hoje enormemente fragilizada pela grande concentração de poderes no governo federal”; e



Emenda Constitucional 32 só é cumprida quanto à votação de MPs, afirma Maciel

que o Congresso supere a dificuldade em exercer sua função fiscalizadora e também em pôr em dia a agenda legislativa, “as duas mais importantes tarefas da instituição”.

O senador criticou o Poder Executivo por editar medidas provisórias sem os requisitos de urgência e relevância. Também condenou a própria Emenda Constitucional 32, que, além de obrigar a votação dos vetos, estabelece o trancamento de pauta toda vez que uma medida provisória alcance determinado período de tempo sem deliberação da respectiva Casa a que estiver sendo submetida. Maciel

Mário Couto vai propor CPI para apurar irregularidades no Dnit

Mário Couto (PSDB-PA) comunicou ontem que vai apresentar requerimento pedindo a instalação de comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de irregularidades no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Ele afirmou que o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apóia a instalação da CPI.

O senador ressaltou que nos relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) o Dnit lidera a lista dos órgãos públicos que mais apresentam irregularidades em suas contas. Ele informou que, das 77 obras nas quais o TCU apontou irregularidades, em seu último relatório, 22 foram realizadas pelo Dnit.

Couto acrescentou que o indicado para a direção geral do órgão, Luiz Antônio Pagot – que poderá ter seu nome aprovado

pelo Plenário, hoje –, exerceu cargo comissionado no gabinete do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) e, simultaneamente, a função de superintendente da Hermosa Navegação da Amazônia S/A, entre 1995 e 2002, causando um prejuízo de R\$ 428 mil ao Senado. Ele disse ter provas dessa irregularidade em “um quilo” de documentos.

– O Dnit é uma fonte de corrupção. Não podemos mais olhar os relatórios do Tribunal de Contas e ficar sem tomar providências. Não se pode aturar tanta irregularidade – declarou Mário Couto, ao salientar que vai divulgar os nomes de todos os senadores que assinaram o requerimento para instaurar a CPI, bem como daqueles que não a apoiarem.

Amazônia

Em seu pronunciamento, o senador do Pará anunciou ainda

lamentou que a emenda seja cumprida sobre a votação de MPs, mas não seja observada quanto à deliberação de vetos.

– Entre eles estão os vetos apostos pelo presidente da República à recriação da Sudene, da Sudam e da Sudeco, o que está impedindo que possam ser geradas políticas de desenvolvimento regional – afirmou o senador, para quem a falta de apreciação desses vetos gera insegurança jurídica, uma vez que a sociedade fica sem saber como permanecerá a lei.

Em aparte, Mário Couto (PSDB-PA) disse que ainda quer ter o prazer de votar “pelo menos um veto” no Senado. Já Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que Carlos Lacerda entrou para a história por ter renunciado ao mandato de vereador no Rio de Janeiro porque a Câmara não teria direito de derrubar um veto do prefeito, que era nomeado pelo presidente da República.

Marco Maciel registrou ainda os dez anos da Lei Eleitoral (Lei 9.504/97) e os 12 anos da Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95), ambas por ele sancionadas no exercício da Presidência da República.



Mário Couto: “Não podemos mais olhar os relatórios do TCU e não tomar providências”

que, em atendimento a questionamentos da sociedade civil, proporá audiência pública com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para debater a lei de gestão de florestas públicas (Lei 11.284/06). Ele quer discutir o que chamou de “leilão da floresta amazônica”.

Mário Couto explicou que poderão ser leiloados entre 1 e 2 milhões de hectares de floresta e disse estar preocupado com o fato de multinacionais estrangeiras também poderem participar de tais leilões.



ONU proclamou 2008 como o Ano Internacional do Planeta Terra, diz Paim

Paulo Paim destaca Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Paulo Paim (PT-RS) registrou a realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2007, cuja abertura ocorreu ontem, no Museu Nacional (Conjunto Cultural da República), em Brasília. O tema do evento, “Terra”, segue orientação da Organização das Nações Unidas (ONU), que, com o apoio de 191 países, inclusive o Brasil, proclamou 2008 como o Ano Internacional do Planeta Terra, informou o parlamentar.

De janeiro deste ano até dezembro de 2009, de acordo com o senador, cientistas de todo o mundo discutem dez grandes temas para a defesa e maior conhecimento do planeta: água subterrânea, desastres naturais, Terra e saúde, clima, recursos naturais e energia, megacidades, núcleo e crosta terrestres, oceanos, solos e Terra e vida.

Paim ressaltou também a situação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb). Conforme o senador, o Sindicato dos Metroviários (Sindmetrô) reivindica a extinção da Resolução 9 da Lei Kandir, que determina que os trabalhadores admitidos após 3 de outubro de 1996 têm seus direitos limitados ao texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

– Isso precisa ser revisto, afinal, manifesta uma clara e inexplicável discriminação. Seus efeitos fazem com que os trabalhadores sejam diferenciados dentro das empresas, executando as mesmas tarefas e recebendo benefícios distintos – afirmou o senador.

Dia do Idoso

Por fim, ao destacar que ontem comemorou-se o Dia Internacional do Idoso, Paulo Paim disse que pesquisa realizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) revelou que houve uma melhora nas condições de vida dos idosos. Em 2006, 5,4% dos idosos viviam com meio salário mínimo *per capita*. Esse índice, em 1996, era de 7,7%, ressaltou.

Na maior participação popular registrada entre os cinco seminários regionais já realizados, CMO recebe na capital cearense mais de 70 sugestões de emendas

Em Fortaleza, maioria de pleitos ao Orçamento visa à irrigação

Um melhor atendimento dos perímetros irrigados no âmbito do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) constitui a maioria das cerca de 70 sugestões de emendas apresentadas por setores da sociedade durante audiência regional promovida ontem em Fortaleza pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Segundo técnicos do colegiado, essa foi a maior mobilização popular entre os cinco seminários realizados até agora pela comissão.

Na primeira das três reuniões programadas para a Região Nordeste, o relator do projeto de Orçamento da União para 2008, deputado José Pimentel (PT-CE), adiantou que irá promover encontros com as bancadas dos nove estados do Nordeste, além das de Minas Gerais e Espírito Santo, abrangendo todo o semi-árido do país, para discutir a apresentação de emendas para fortalecer o Dnocs, responsável pela irrigação de 320 mil hectares. Ele ressaltou que o debate poderá incluir emendas de comissões da Câmara dos Deputados que atendem a essa região, como a de Desenvolvimento Regional.

O parlamentar lembrou que o Departamento Nacional de Obras contra as Secas fora extinto em janeiro de 1999 por meio de medida provisória editada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas que em abril do mesmo ano o órgão foi "ressuscitado por outra MP".

Discrepância

O presidente da Federação dos Perímetros Irrigados, Rogério Paganelli Junqueira, que representa cerca de 12 mil produtores atendidos pelo Dnocs, solicitou aos integrantes da CMO que atuem para eliminar as discrepâncias orçamentárias entre os dois órgãos do Ministério da Integração Nacional que atendem o semi-árido.

Paganelli comparou os recursos orçados para extensão rural e desenvolvimento da agricultura irrigada do Dnocs e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Enquanto o Dnocs tem R\$ 151 mil para assistência técnica e extensão, a Codevasf dispõe de R\$ 50 milhões. A diferença também é grande no desenvolvimento da agricultura irrigada: R\$ 11 milhões no Dnocs e R\$ 258 milhões na Codevasf.

As galerias foram tomadas por faixas com reivindicações de sindicato de pescadores e de representantes da autarquia, para reestruturar o órgão e equiparar salários com outras instituições do governo federal.

A audiência contou com cerca de 400 participantes, boa parte de vereadores, homenageados em sessão comemorativa do Dia do Vereador na Assembléia Legislativa do Ceará, que antecedeu a audiência. Pimentel sinalizou disposição em defender melhorias para os funcionários do Dnocs. Mas o

deputado fez questão de mostrar a preocupação do governo com o funcionalismo. Ele comparou os gastos com pessoal em 2007, de R\$ 119,5 bilhões, com os previstos para 2008, que devem subir para R\$ 130,7 bilhões.

Setor pesqueiro

Entre as outras sugestões de emendas, conforme os técnicos da Comissão Mista de Orçamento, apareceram muitos pleitos voltados para o setor pesqueiro, em especial para a criação, com recursos federais, de um centro de capacitação. Raimundo Ribeiro, da Federação de Pescadores do Ceará, informou que o estado conta com cerca de 45 mil profissionais no setor, que merece ser tratado dentro do Orçamento da União como prioridade, pela sua capacidade de inclusão social. Pimentel disse que vai conversar com as bancadas para reforçar os recursos para investimento no setor.

Segundo o relator do Orçamento, outro programa que deve merecer atenção especial é a construção de cisternas caseiras para captação das águas da chuva. O coordenador-executivo da Articulação no Semi-Árido, Felipe Souza Pinheiro, explicou que, da meta de atendimento de 1,1 milhão de famílias, apenas 210 mil foram atendidas com a construção dessas cisternas, das quais 30 mil no Ceará. Acrescentou que 200 mil famílias cearenses faltam ser atendidas pelo programa.



No plenário da Assembléia do Ceará, Inácio Arruda fala aos participantes da audiência

Ceará é o terceiro em investimentos federais no Nordeste, diz senador

Os investimentos federais no Ceará para 2008 chegam a R\$ 981 milhões no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Executivo ao Congresso. É o terceiro maior volume de investimentos entre os nove estados do Nordeste. Só perde para a Bahia, com R\$ 1,84 bilhão, e Pernambuco, com R\$ 1,3 bilhão. Na abertura da audiência da Comissão Mista de Orçamento em Fortaleza, o presidente do colegiado, senador José Maranhão (PMDB-PB), destacou algumas das prioridades de investimentos para o Ceará, na ótica do governo federal.

A construção do trecho sul do metrô da capital foi contemplada com o maior volume de recursos entre as prioridades listadas no Projeto Piloto de Investimentos (PPI) – R\$ 154,2 milhões, segundo Maranhão. A inclusão no PPI impede que as verbas para o projeto sejam bloqueadas pelo contingenciamento anual feito pelo Executivo. Ou seja, existe a garantia de que os recursos para a obra serão liberados ao longo do exercício.

Outras prioridades destacadas pelo presidente da CMO são a construção do canal de integração entre o Açude de Castanhão e a Região Metropolitana de Fortaleza, com R\$ 146 milhões incluídos no PPI; implantação da unidade de armazenagem e regaseificação de gás natural do porto de Pecém, com capacidade de 7 milhões de metros cúbicos diários; implantação de gasoduto associado, com R\$ 115,1 milhões no orçamento do Ministério de Minas e Energia; e apoio à urbanização de assentamentos precários, no montante de R\$ 69,4 milhões, no âmbito do Ministério das Cidades.

Pela primeira vez presente nas audiências regionais da CMO, o senador Francisco Dornelles

(PP-RJ), relator da receita do Orçamento 2008, evidenciou a importância de descentralizar as discussões sobre a proposta orçamentária, colhendo diretamente as reivindicações nos estados. Dornelles lembrou que quando foi secretário da Receita Federal, no governo Figueiredo, corrigiu decisão sobre cobrança do Imposto de Renda com base no lucro arbitrado para micro e pequenas empresas depois de ter conhecido a realidade do Ceará, em uma visita que fez a Fortaleza.

Impositivo

Dornelles, que ocupa a relatoria criada com as novas regras de funcionamento da CMO (Resolução 1/06 do Congresso), defendeu a transformação do Orçamento de autorizativo em impositivo para que as decisões de gastos públicos sejam realmente obedecidas.

Já o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ressaltou a importância da construção de cisternas caseiras. Ele mostrou que a articulação entre os movimentos sociais e as bancadas estaduais produz resultados importantes para o estado, como a inclusão do Ceará no programa de combate à violência. Isso ocorreu, segundo o senador, após mobilização da bancada junto ao ministro da Justiça, Tarso Genro.

A audiência contou com a participação de nove deputados federais, incluindo o relator do Orçamento, José Pimentel, e o relator do Plano Plurianual (PPA) para 2008-2011, Cláudio Vignatti (PT-SC). A representante do governador Cid Gomes, Silvana Parente, secretária de Planejamento e Gestão do Ceará, criticou o que considera falta de articulação da esfera federal com os estados na elaboração do PPA, particularmente no que se refere às agendas sociais.



José Maranhão (D), ao lado de Domingos Filho, presidente da assembléia, e de José Pimentel, dirige a primeira das três reuniões no NE